



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominada SESP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando à **Aquisição de Equipamentos para atender à Divisão de Policlínica da Diretoria de Saúde da PMES**, com recursos do Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP, conforme **Processo E-Docs nº 2025-V7FLZ**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS

1.1 - O objeto da presente licitação é a visando à **Aquisição de Equipamentos para atender à Divisão de Policlínica da Diretoria de Saúde da PMES**, com recursos do Fundo Estadual de Segurança Pública - FESP, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

### 1.3 - ITEM 01: CÂMARA ASSÉPTICA PARA MANUSEIO DE LHO

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 57.901,14** (cinquenta e sete mil novecentos e um reais e catorze centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	CÂMARA ASSÉPTICA PARA MANUSEIO DE LHO.	403759	Unid	1	57.901,14	57.901,14
VALOR TOTAL DO ITEM 1						57.901,14

### 1.4 - ITEM 02: LASERTERAPIA

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 15.324,09** (quinze mil trezentos e vinte e quatro reais e nove centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$).	Valor Total (R\$)
01	LASERTERAPIA	469312	Unid	3	5.108,03	15.324,09
VALOR TOTAL DO ITEM 02						15.324,09



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**1.5 - ITEM 03: APARELHO LED**

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 2.185,80** (dois mil cento e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$).	Valor Total (R\$)
01	APARELHO LED	469312	Unid	2	1.092,90	2.185,80
VALOR TOTAL DO ITEM 03						2.185,80

**1.6 - ITEM 04: DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL**

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 3.778,82** (três mil setecentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL	340844	Unid	2	1.889,41	3.778,82
VALOR TOTAL DO ITEM 04						3.778,82

**1.7 - ITEM 05: CRIOCAUTÉRIO DERMATOLÓGICO**

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 4.483,44** (quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$).	Valor Total (R\$)
01	CRIOCAUTÉRIO DERMATOLÓGICO	383662	Unid	1	4.483,44	4.483,44
VALOR TOTAL DO ITEM 05						4.483,44

**1.8 - ITEM 06: BOTIJÃO CRIOGÊNICO**

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 4.177,57** (quatro mil cento e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$).	Valor Total (R\$)
01	BOTIJÃO CRIOGÊNICO	383662	Unid	1	4.177,57	4.177,57
VALOR TOTAL DO ITEM 06						4.177,57



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**1.9 - ITEM 07: DERMATOSCÓPIO**

**PREÇO MÁXIMO ESTIMADO: R\$ 23.813,92** (vinte e três mil oitocentos e treze reais e noventa e dois centavos), conforme abaixo discriminado e de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital.

Item	Descrição	CATMAT	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	DERMATOSCÓPIO	444535	Unid	4	5.953,48	23.813,92
VALOR TOTAL DO ITEM 07						23.813,92

**1.10- DA SESSÃO PÚBLICA:**

- **INÍCIO DA DISPONIBILIDADE DE EDITAL:** às 09h00min do dia 11/05/2026.
- **DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** às 10h00min do dia 26/05/2026.

**1.11- O MODO DE DISPUTA SERÁ O ABERTO.**

1.12 - Esta licitação será julgada sob o critério de **MENOR PREÇO**.

1.13 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do **Programa de Trabalho 10.45.906.06.181. 0561. 1780 - CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA**, Elemento de Despesa: 4.4.90.52, Fonte: 2.7.13.00000.

**2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

2.6 - Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

2.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar 123/ 2006.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

3.10.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10.3 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

#### **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.3 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4 - **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

5.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos **lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.8 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.10 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.11 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3 - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

5.11.5 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 - Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.12.1 - Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.12.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.5 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.6 - Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

5.19.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

5.21 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

5.21.5 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, **antes de findo o prazo**.

5.22 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 - SICAF;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

6.1.2 - Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo - CRC/ES;

6.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

6.1.4 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

6.4- Será também desclassificada a proposta vencedora que:

6.4.1 - Contiver vícios insanáveis;

6.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.4.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.5 - O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.6 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

## **7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1 - Os documentos previstos no **Anexo II deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

7.1.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no **prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.**

7.3 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

7.4 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.6 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.6.1 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.7 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

7.9 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

7.10 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

7.11 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

7.12 - Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

## **8 - DOS RECURSOS**

8.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

8.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 - Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

8.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

8.3.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

## **9 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

9.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

9.2 - Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.2.1 - Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

9.2.2 - Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

9.2.3 - No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

9.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

9.4 - Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.5 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**10 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2 - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

10.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5 - fraudar a licitação;

10.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

10.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

10.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

10.3.1 - multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

10.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

10.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

10.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

10.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

## **11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail \_\_\_\_\_ (preencher). Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

11.3 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.4 - Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

11.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.7 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

## **12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

12.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

12.11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Requisitos de Habilitação

Anexo III - Modelos do Edital

Anexo IV - Minuta de Termo de Contrato

Anexo V – Minuta da Ordem de Fornecimento

Vitória, 07 de maio de 2026.

**Sônia Maria Barboza**  
*Agente de Contratação/SESP*

**Carla Oliveira de Souza Scalzer**  
*Equipe de Apoio/SESP*

**Amanda Ellen Mathielo Correa**  
*Equipe de Apoio/SESP*



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO: 2025-V7FLZ - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA DIVISÃO DE POLICLÍNICA DSPMES - RECURSOS FESP - REPASSE 2019 - VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - VPSP - INVESTIMENTO - CONTA 5788-6.**

**DATA DA ELABORAÇÃO: 15/04/2026 Versão: V.6**

**1 - DO OBJETO**

1.1 - Aquisição nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

ITEM	UNID.	QUANT.	SIADES	CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO TOTAL POR ITEM
01	UNID.	01	0283138	403759	<b>CÂMARA ASSÉPTICA PARA MANUSEIO DE LHO</b> - TOTALMENTE CONSTRUÍDO EM AÇO INOX 304; DIMENSÕES EXTERNAS: (AXLXP) 90X52X48 CM E CÂMARA: (AXLXP) 45X47X42 CM; POTENCIA: 300 WATTS; ILUMINAÇÃO: INTERNA POR LUZ BRANCA E LAMPADA ULTRAVIOLETA GERMICIDA; LAMPADA GERMICIDA NO INTERIOR DA CÂMARA DE ASPIRAÇÃO SEM INCIDÊNCIA DA RADIAÇÃO UV SOBRE O OPERADOR QUANDO EM FUNCIONAMENTO, ATUANDO SOMENTE SOBRE O AR ASPIRADO, ALIMENTAÇÃO: 220 V; UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	<b>R\$ 57.901,14</b>	<b>R\$ 57.901,14</b>
02	UNID.	03	303703	469312	<b>LASERTERAPIA</b> - LASER TERAPÊUTICO DE BAIXA INTENSIDADE - PORTÁTIL; CANETA LASER; COMPRIMENTO DE ONDA LASER VERMELHO 660 NM E LASER INFRAVERMELHO 808 NM; CAPACIDADE DE EMISSÃO SIMULTÂNEA DE LASER VERMELHO E INFRAVERMELHO; POTENCIA DO EMISSOR 100 MW; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DE 90 A 240 V APROXIMADAMENTE; BATERIA LI-ION; PELO MENOS 2 HORAS DE AUTONOMIA DE BATERIA; PESO DA PEÇA DE MÃO DE APROXIMADAMENTE 0,300KG; DIMENSÕES DA PEÇA DE MÃO APROXIMADAS: 21 CM (ALTURA) X 3 CM (LARGURA) X 5 CM (PROFUNDIDADE); ÁREA DO FEIXE LASER DE SAÍDA NA PONTA DA CANETA DE CERCA DE 3 MM²; ACOMPANHA: 1 SUPORTE DE MÃO, PULSEIRA PARA ILIB, 2 ÓCULOS DE PROTEÇÃO, BASE DE CARREGAMENTO (FONTE DE ALIMENTAÇÃO + CABO), GARANTIA E MANUAL. REGISTRO NA ANVISA.	<b>R\$ 5.108,03</b>	<b>R\$ 15.324,09</b>



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

03	UNID.	02	0285848	469312	APARELHO LED - FOTOTERAPIA COM LED - CONTENDO 2 LEDS NO ESPECTRO DE LUZ AZUL, COMPRIMENTO DE ONDE EM 470NM +/- 10 NM, POTÊNCIA ÓPTICA DE 100 MW; 3 LEDS NO ESPECTRO DE LUZ VERMELHO, COMPRIMENTO DE ONDA EM 630 NM +/- 10 NM; POTÊNCIA ÓPTICA DE 100 MW; PONTEIRA DE 6,3 CM X 1,3 CM; ACOMPANHA: BASE DE APOIO, 2 ÓCULOS DE SEGURANÇA, FONTE DE ALIMENTAÇÃO, GARANTIA, MANUAL DE INSTRUÇÃO E REGISTRO NA ANVISA.	R\$ 1.092,90	R\$ 2.185,80
04	UNID.	02	0285849	340844	DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL - SISTEMA ULTRA-SÔNICO DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL HUMANO; MODELO DV 610B; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO DE ULTRASSOM DE APROXIMADAMENTE 10MHZ; POTÊNCIA ULTRASSÔNICA 4,5 MW/CM²; POTÊNCIA DE ÁUDIO DE 0,5 W RMS; SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO; CONTROLE DE VOLUME; CHAVE LIGA-DESLIGA; LED INDICADOR DE EQUIPAMENTO LIGADO/BATERIA FRACA; PLACA DE CIRCUITO ELETRÔNICA INTERNAMENTE NO GABINETE; ALTO- FALANTE; CAPA PROTETORA; 01 BISNAGA DE GEL PARA ULTRASSOM; DEVE CONTER AS BATERIAS NECESSÁRIAS PARA FUNCIONAMENTO; 01 CABO COAXIAL COM A PONTEIRA DO TRANSDUTOR; TRANSDUTOR MODELO CANETA; BIOCOMPATIBILIDADE DOS MATERIAIS QUE ENTRAM EM CONTATO COM O PACIENTE; MANUAL DE INSTRUÇÃO, GARANTIA E REGISTRO NA ANVISA.	R\$ 1.889,41	R\$ 3.778,82
05	UNID.	01	0283282	383662	CRIOCAUTÉRIO DERMATOLÓGICO - APARELHO DERMATOLÓGICO CRIOGÊNICO DE ALTA TECNOLOGIA PARA CRIOCIRURGIA, FABRICADO EM MATERIAL ESPECIAL ISOLANTE E EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE INTERNA: 350 ML, CRIOCAUTÉRIO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, KIT QUE ACOMPANHA: PONTEIRAS ABERTAS, PONTEIRAS FECHADAS, PORTA-AGULHAS, MANUAL DE INSTRUÇÃO, GARANTIA E REGISTRO NA ANVISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA NACIONAL.	R\$ 4.483,44	R\$ 4.483,44
06	UNID.	01	292150	292150	BOTIJÃO CRIOGÊNICO - CONTAINER/BOTIJÃO CRIOGÊNICO PARA ARMAZENAMENTO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, CAPACIDADE 20 LITROS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM CANISTERS. ACOMPANHA PESCADOR. OBSERVAÇÃO: O BOTIJÃO DEVE SER FORNECIDO COM NITROGÊNIO LÍQUIDO INCLUSO, CONFORME A CAPACIDADE NOMINAL DE 20 LITROS.	R\$ 4.177,57	R\$ 4.177,57
07	UNID.	04	444535	444535	DERMATOSCÓPIO - POLARIZADO E NÃO POLARIZADO; LENTE DE NO MÍNIMO 30 MM COM VISOR DE ALTA RESOLUÇÃO, CAMPO ESTENDIDO, AUMENTO DE NO MÍNIMO 10X; RÉGUA MILIMETRADA; LUMINOSIDADE COM NO MÍNIMO 16 LEDS BRANCOS DE ALTA POTÊNCIA; COMPATIBILIDADE COM CÂMARA E COM SMARTPHONE/TABLETS; BATERIA RECARREGÁVEL; CARREGAMENTO USB-C; COM CAPA PROTETORA.	R\$ 5.953,48	R\$ 23.813,92
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 111.664,78

1.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

1.4 - Demonstra a previsão da contratação no **Plano de Contratações Anual**, nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme registrado na **Peça #71, pág. 26**, constante do processo nº 2025-V7FLZ, bem como no ETP, Peça #11.

1.5 - Nos termos do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação poderá ser formalizada por meio de documento hábil, sendo adotada a **Ordem de Fornecimento** como instrumento jurídico substitutivo do contrato.

1.6 - Considerando que a aquisição será realizada em entrega total e imediata, a emissão da Ordem de Fornecimento se dará uma única vez, contemplando a totalidade do objeto contratado, sendo suficiente para estabelecer os direitos e deveres entre as partes.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.3 - A presente contratação tem por objetivo a aquisição de equipamentos novos para a Policlínica do Hospital da Polícia Militar, visando garantir a manutenção da qualidade e da continuidade dos serviços de saúde prestados aos militares estaduais, seus dependentes e demais usuários atendidos na rede assistencial da Corporação.

A necessidade decorre do fato de que parte significativa do parque tecnológico atualmente em uso encontra-se em processo de obsolescência, apresentando falhas recorrentes, custos elevados de manutenção e, em alguns casos, indisponibilidade de peças de reposição. Tal cenário compromete a eficiência operacional, gera risco de interrupção dos atendimentos e pode comprometer a segurança e a precisão dos diagnósticos e procedimentos realizados.

Dessa forma, a aquisição dos seguintes equipamentos mostra-se essencial:

### **Câmara Asséptica para Manuseio de LHO**

A câmara asséptica é indispensável para o adequado processamento e manipulação do leite humano ordenhado (LHO), garantindo condições de esterilidade e reduzindo o risco de contaminações. Trata-se de exigência normativa para o funcionamento do Banco de Leite Humano, em conformidade com a RDC nº 171/2006 da Anvisa, sendo um item essencial para a segurança alimentar dos recém-nascidos atendidos.

### **Laserterapia e Aparelho LED**

Os equipamentos de laserterapia e LED são necessários para a realização de terapias não invasivas em pacientes com lesões de pele, fissuras mamilares e outros quadros que exigem cicatrização e analgesia. Sua incorporação possibilitará maior resolutividade nos atendimentos, reduzindo o tempo de recuperação e ampliando a oferta de recursos terapêuticos modernos à população atendida.

### **Doppler Vascular Portátil**

O doppler vascular portátil é um equipamento médico de diagnóstico não invasivo, utilizado para avaliar o fluxo sanguíneo em vasos periféricos e tecidos, especialmente em áreas com suspeita de lesões vasculares, úlceras, feridas crônicas ou alterações circulatórias. Seu uso é essencial na prática clínica de enfermagem, angiologia, cirurgia vascular, dermatologia e serviços multiprofissionais voltados à prevenção, acompanhamento e tratamento de lesões de pele.

### **Criocautério Dermatológico e Botijão Criogênico**

O criocautério é imprescindível para procedimentos dermatológicos de alta precisão, como a remoção de lesões cutâneas e tratamento de verrugas, com segurança e mínima invasividade. Já o botijão criogênico é indispensável para o armazenamento seguro de nitrogênio líquido, utilizado tanto no



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

criocautério quanto em outros procedimentos que exigem conservação em baixas temperaturas. Ambos os equipamentos são necessários para ampliar a capacidade de atendimento dermatológico da Policlínica, atendendo a demandas crescentes.

### **Dermatoscópico**

O dermatoscópio é essencial para diagnósticos dermatológicos detalhados, possibilitando a identificação precoce de lesões suspeitas, como câncer de pele e outras alterações cutâneas. O uso deste equipamento aumenta a precisão diagnóstica, reduz a necessidade de procedimentos invasivos e contribui para a detecção precoce de doenças.

A incorporação destes equipamentos é fundamental para atender às exigências legais e normativas aplicáveis aos serviços de saúde, especialmente no que se refere à qualidade assistencial, à biossegurança e à conformidade com a legislação sanitária vigente. A modernização do parque tecnológico permitirá ainda a incorporação de recursos inovadores, com impacto direto na melhoria do atendimento, na agilidade dos serviços, na segurança dos pacientes e na valorização dos profissionais de saúde.

A contratação, portanto, justifica-se pela necessidade de assegurar:

- A continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Policlínica do HPM;
- A substituição de equipamentos obsoletos e de alto custo de manutenção;
- A conformidade com normas sanitárias e de biossegurança;
- A ampliação da capacidade de atendimento, com redução de riscos assistenciais;
- A economicidade e a melhor alocação dos recursos públicos, evitando gastos excessivos com reparos constantes.

Dessa forma, a aquisição proposta alinha-se ao interesse público, à missão institucional da Diretoria de Saúde da Polícia Militar e ao disposto no art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que determina a compatibilização das contratações com o Plano de Contratações Anual - PCA, garantindo maior planejamento, transparência e eficiência na gestão administrativa.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 - A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos médicos e laboratoriais de última geração, devidamente registrados nos órgãos competentes, que possibilitem à Policlínica do Hospital da Polícia Militar modernizar sua infraestrutura, ampliar a capacidade de atendimento e garantir maior qualidade e segurança nos serviços prestados.

O ciclo de vida dos bens ora contratados inicia-se com a aquisição e entrega, seguido da instalação, calibração inicial e treinamento de usuários, quando necessário. Durante sua utilização, deverá ser assegurada a execução de manutenções preventivas e corretivas, bem como a reposição de peças originais quando aplicável pela Diretoria de Saúde. Ao final de sua vida útil, os equipamentos deverão ser substituídos conforme a depreciação tecnológica e operacional, garantindo a continuidade da prestação dos serviços assistenciais.

A especificação dos produtos a serem adquiridos deverá observar critérios técnicos de qualidade, durabilidade, ergonomia, segurança e conformidade com normas da Anvisa e da ABNT, bem como incluir garantia mínima de fábrica e suporte técnico autorizado no território nacional.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

No presente processo, estão contemplados os seguintes itens, considerados essenciais para o funcionamento da Policlínica e para o atendimento das demandas clínicas:

- **Câmara asséptica para manuseio de leite humano ordenhado (LHO)** - destinada a garantir condições de biossegurança no processamento do leite humano, conforme RDC nº 171/2006 da Anvisa.
- **Equipamento de laserterapia e aparelho de LED terapêutico** - indicados para tratamento de lesões cutâneas, fissuras mamilares e terapias de cicatrização e analgesia.
- **Doppler vascular portátil** - é um equipamento médico de diagnóstico não invasivo, utilizado para avaliar o fluxo sanguíneo em vasos periféricos e tecidos, especialmente em áreas com suspeita de lesões vasculares, úlceras, feridas crônicas ou alterações circulatórias. Seu uso é essencial na prática clínica de enfermagem, angiologia, cirurgia vascular, dermatologia e serviços multiprofissionais voltados à prevenção, acompanhamento e tratamento de lesões de pele.
- **Criocautério dermatológico** - destinado a procedimentos de alta precisão em dermatologia, utilizando nitrogênio líquido para destruição controlada de lesões cutâneas.
- **Botijão criogênico** - necessário para o armazenamento seguro de nitrogênio líquido, indispensável ao funcionamento do criocautério e outros procedimentos afins.
- **Dermatoscópio** - equipamento de diagnóstico por imagem utilizado na identificação precoce de lesões cutâneas, inclusive de neoplasias, com ampliação adequada e iluminação especializada.

A aquisição destes equipamentos, considerada em seu ciclo de vida, permitirá à Policlínica alcançar maior eficiência operacional, reduzir riscos assistenciais, atender a padrões regulatórios e otimizar a aplicação dos recursos públicos, garantindo a entrega de serviços de saúde modernos, seguros e de qualidade.

#### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Da Sustentabilidade**

4.1 - Essa Diretoria é comprometida com a implementação de investimentos públicos em políticas de controle ambiental, buscando soluções para os problemas de infraestrutura hospitalar. O objetivo é melhorar a qualidade de vida dos nossos usuários. Além disso, é importante ressaltar que os resíduos e rejeitos gerados pelo equipamento terão um descarte simples e adequado, conforme as práticas comuns em ambientes hospitalares, garantindo sua destinação final sem causar prejuízos ao meio ambiente.

Essa abordagem reforça nosso compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental na gestão hospitalar, como:

- Não haverá emissão de gases de efeito estufa;
- Não terá consumo de água e sistema de esgoto;
- Baixo consumo de energia;
- Não haverá geração de resíduos;
- Utilizará fontes de energias limpas;
- Redução do uso de papel.





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**Da Exigência de Amostras**

4.2 - Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o órgão poderá solicitar ao interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar uma amostra do objeto, que **DEVERÁ SER ENVIADA ATRAVÉS DE CATALÓGOS ESPECÍFICOS DO FABRICANTE COM ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO.**

4.3 - A apresentação de amostras poderá ser exigida pela Administração, para fins de análise técnica, comprovação de qualidade e verificação da conformidade com as especificações do objeto.

4.4 - A devolução das amostras apresentadas ficará a cargo da empresa participante, devendo esta providenciar a retirada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a conclusão do julgamento da licitação.

4.5 - Caso a empresa não realize a retirada dentro do prazo estabelecido, a Administração ficará desonerada de qualquer responsabilidade sobre as amostras, podendo delas dispor livremente, sem que caiba à licitante direito de indenização ou ressarcimento.

4.6 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.7 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.8 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**Da Subcontratação**

4.9 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Da Garantia de Execução**

4.10 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões o contrato permite uma descrição simplificada do objeto.

**Da Participação de Pessoas Jurídicas Reunidas em Consórcio (Decreto Estadual nº 5352- R/2023, art. 27º, VI.)**

4.11 - É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que o objeto licitado não apresenta complexidade relevante o suficiente para justificar a execução por mais de uma empresa.

**5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

**5.1 - O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados após a assinatura da Ordem de Fornecimento OU assinatura de instrumento de contrato, em remessa única.**



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

5.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**5.3 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço ALMOXARIFADO GERAL/DSPMES do Hospital da Polícia, situado na Av. Joubert de Barros, 555 - Bento Ferreira - Vitória/ES - CEP: 29050-720, em dias úteis no horário das 8 às 11 e das 13 às 16 horas; telefone de contato: (27) 98802-4724 e SESP (27) 3636-1519. A CONTRATADA deverá enviar para o E-mail: [almoxarifado@sesp.es.gov.br](mailto:almoxarifado@sesp.es.gov.br); [almoxarifado.ds@pm.es.gov.br](mailto:almoxarifado.ds@pm.es.gov.br); [captacaorecursos2023@gmail.com](mailto:captacaorecursos2023@gmail.com) a NOTA FISCAL ELETRÔNICA.**

5.4 - A entrega do equipamento deverá ser previamente agendada com o Setor Divisão de Policlínica através de e-mail [policlínica.ds@pm.es.gov.br](mailto:policlínica.ds@pm.es.gov.br), informando a data e horário de entrega do produto.

5.5 - Caso o equipamento fornecido pela CONTRATADA não esteja condizente com as especificações técnicas do Termo de Referência ou ter sido entregue com alguma avaria, deverá ser retirado pela empresa contratada dentro do prazo máximo de 10 dias, não cabendo à SESP ou à Diretoria de Saúde qualquer responsabilidade ou ônus sobre o equipamento.

**Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

**5.6 - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**

5.7 - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9 - A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10 - A garantia deve ser dada pelo fabricante, com atendimento pela empresa (s) pertencente (s) à sua rede autorizada ou revenda autorizada, devidamente capacitada(s) para tal função e comprovada por carta do fabricante do equipamento.

5.11 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada. Sendo que quando necessitar substituição ou calibração dos bens que apresentarem vício ou defeito o prazo se estenderá para até 30 dias úteis.

5.14 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

5.15 - Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.16 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.17 - O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.18 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.19 - Poderá ser exigido o fornecimento de treinamento a distância ou presencial para a equipe que irá operar o equipamento, podendo este treinamento ser solicitado mais de uma vez, durante o período de garantia do produto.

**Condições de guarda e armazenamento**

5.20 - O local de guarda do material estará preparado para riscos de incêndio, inundações, cortes elétricos, manuseio correto e gestão do estoque.

5.21 - O bem será alocado no Ambulatório I, II e III do Hospital da Polícia Militar, onde ocorrerá o uso deste equipamento.

**Condições de Execução**

**5.22 - Condições gerais de execução:**

- a) A entrega do equipamento deverá ocorrer no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, obedecendo às especificações técnicas mínimas exigidas;
- b) O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, sem uso anterior, em perfeito estado de funcionamento e com todos os acessórios ao seu pleno funcionamento;
- c) A execução do fornecimento deverá atender integralmente aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis aos equipamentos médico-hospitalares, conforme a regulamentação da ANVISA, Inmetro e demais órgãos competentes.

**RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) Fornecer o equipamento de acordo com todas as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência;
- b) Garantia que o equipamento esteja devidamente registrado na ANVISA, com número de registro válido no momento da entrega;
- c) Realizar a entrega, instalação e testagem completa do equipamento no local indicado pela contratante, em data previamente agendada;
- d) Fornecer manual técnico em português, certificado de garantia e termo de responsabilidade técnica, quando aplicável;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

- e) Prestar treinamento operacional aos profissionais indicados pela contratante, visando o correto manuseio e operação do equipamento;
- f) Oferecer assistência técnica e garantia mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em até 72 horas úteis, a contar da comunicação formal da ocorrência;
- g) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da entrega, instalação e eventual suporte técnico;
- h) Substituir o equipamento ou parte dele, sem ônus para a contratante, caso sejam constatados defeitos de fabricação ou funcionamento durante o período de garantia.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE**

5.23 - A contratante será responsável por:

- a) Indicar o local adequado e a data para a entrega e instalação do equipamento;
- b) Disponibilizar acesso às dependências da unidade hospitalar para a instalação e testes do equipamento;
- c) Designar servidor para acompanhar e atestar a entrega, instalação, testagem e treinamento do equipamento;
- d) Emitir parecer técnico, atestando o recebimento do equipamento conforme as especificações e condições acordadas;
- e) Efetuar o pagamento conforme prazos e condições estabelecidas, após o atesto de recebimento definitivo e o cumprimento de todas as obrigações por parte da contratada;
- f) Comunicar oficialmente à contratada, dentro do prazo de garantia, qualquer falha, vício ou irregularidade detectada no funcionamento do equipamento

**6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

## **7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Do Recebimento**

7.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (\_dez\_) (preencher) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2 - Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (\_vinte\_) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de \_10 (dez) dias úteis.

7.4 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8 - O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

### **Nota Fiscal**

7.9 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 - O prazo de validade;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

7.9.2 - A data da emissão;

7.9.3 - Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 - O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 - O valor a pagar; e

7.9.6 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

**Condições de Habilitação no Curso da execução contratual**

7.13 - A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação na forma do inciso III do art. 10 do Decreto nº 5.545-R/2023.

7.14 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de (dez) dias úteis, para regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

7.15 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

7.16 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

7.17 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

7.18 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

**Do Prazo de Pagamento**

7.19 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.20 - Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

2.1 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.21 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.22 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.23 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

#### **Da Forma de Pagamento**

7.24 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Da Capacidade Técnico-Operacional**

**7.29 - Apresentação de Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove que executou venda de objeto igual ou similar desta licitação.**

### **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2 - A justificativa para adoção do referido critério será balizada ao valor previamente estimado da contratação, que deverá ser descrito no documento denominado **análise crítica**, a qual observa o potencial de economia de escala, valor de mercado e as peculiaridades do local de execução do objeto



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**Da Forma de Fornecimento**

8.3 - O fornecimento do objeto será integral

8.4 - A justificativa para adoção da referida forma está baseada na entrega em até 30 (trinta) dias, após emissão de documentos com eficácia jurídica, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação

**Das Exigências de Habilitação**

8.5 - Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no ANEXO II, exceto para as exigências de qualificação técnica pormenorizadas no subitem deste TR.

**9 - JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**9.1 - Requisitos de Qualificação Técnica:**

9.1.1 - Certificados de Registro do Produto válido expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na forma da legislação específica vigente ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivo "prints" da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.

9.1.2 - No caso de o registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a cópia do respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação, acompanhada da cópia da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no § 6º, do art. 14, do Decreto Federal 79.094/77.

9.1.3 - No caso de produto isento de registro, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos "prints" da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.

9.1.4 - Catálogo do fabricante com a descrição para análise técnica.

9.1.5 - Cópias visíveis ou originais dos manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa e em consonância com todas as exigências editalícias (quando houver).

**9.2 - Qualificação Econômico-Financeira**

9.2.1 - A qualificação econômico-financeira está inserida no rol de documentos da fase habilitatória de uma licitação. Os participantes da licitação, sob qualquer modalidade, precisarão comprovar os requisitos mínimos necessários para serem contratados pela Administração Pública. Dentre os documentos de habilitação, encontram-se consignados na Lei 8.666/93 e na Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, a habilitação jurídica, regularidade fiscal social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e capacidade técnica.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**10 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Tabela 02 - Valor Estimado da Contratação

ITENS	UNID.	QUANT.	SIADES	CATMAT	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR UNIT. ESTIMADO TOTALPOR ITEM
01	UNID.	01	0283138	403759	CÂMARA ASSÉPTICA PARA MANUSEIO DE LHO	R\$57.901,14	R\$57.901,14
02	UNID.	03	303703	469312	LASERTERAPIA	R\$5.108,03	R\$15.324,09
03	UNID.	02	0285848	469312	APARELHO LED	R\$ 1.092,90	R\$ 2.185,80
04	UNID.	02	0285849	340844	DOPPLER VASCULAR PORTÁTIL	R\$1.889,41	R\$ 3.778,82
05	UNID.	01	0283282	383662	CRIOCAUTÉRIO DERMATOLÓGICO	R\$ 4.483,44	R\$ 4.483,44
06	UNID.	01	292150	292150	BOTIJÃO CRIOGÊNICO	R\$ 4.177,57	R\$ 4.177,57
07	UNID.	04	444535	444535	DERMATOSCÓPIO	R\$ 5.953,48	R\$ 23.813,92
VALOR TOTAL ESTIMADO							<b>R\$ 111.664,78</b>

10.1 - O custo estimado total da contratação é de **R\$ 111.664,78 (cento e onze mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos)**, conforme os valores unitários apresentados na tabela acima deste Termo de Referência, no Mapa Comparativo constante na peça # 173, e na Análise Crítica de Preços apresentada na peça # 175.

**11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

A despesa correrá pelo seguinte enquadramento orçamentário.

- a) **Gestão/Unidade:** 45.906 - FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
- b) **Fonte de Recursos:** 2.7.13.000000 - RECURSO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES-TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DESEGURANÇA PÚBLICA - FSP
- c) **Programa de Trabalho:** 45.906.06.181.0561.1780 - CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA
- d) **Elemento de Despesa:** 4.4.90.52 - MATERIAL E EQUIPAMENTO PERMANENTE
- e) **Plano Orçamentário:** 000001 - NÃO DEFINIDO

**12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156,

§5º, da Lei nº 14.133/2021);

IV. Multa:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

c) O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

d) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

e) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

f) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

g) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

h) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

12.3 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 12.2 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3.2 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

12.3.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

12.4.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

12.4.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

12.4.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para as penalidades prevista no Item 12.1 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

12.4.4 - O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

12.4.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021;

12.5 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

12.6 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.7 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

12.8 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.10 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.11 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.12 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.13 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

### **13 - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

13.1 - A fiscalização, acompanhamento, controle e avaliação da execução do contrato serão da responsabilidade da Comissão, Gestor e/ou Fiscal do Contrato representantes da CONTRATANTE, conforme indicado no item 14.4 deste TR;

13.2 - A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público

13.3 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar o serviço entregue, no todo ou em parte, se em desacordo com os termos definidos no Edital, seus anexos bem como no contrato firmado;

ou de seus agentes e prepostos;

13.4 - Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**14 - NOMEAÇÃO GESTOR; FISCAL; SUPLENTE OU COMISSÃO**

14.1 - O procedimento de designação do gestor e do fiscal, bem como dos respectivos suplentes, além da comissão gestora, poderá ocorrer logo após a celebração do instrumento contratual ou ainda durante a execução do mesmo, nas hipóteses de substituição de gestores, fiscais ou membros de comissão.

14.2 - Recomenda-se que a designação ocorra por ato específico, “Ato de Designação”, no qual deverá constar as informações do instrumento contratual, do representante designado e suas atribuições.

14.3 - Os atos e os procedimentos relativos à execução, acompanhamento e fiscalização do termo de contrato ou instrumentos equivalentes deverão ser realizados no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, seguindo as normas de procedimento da SEGER, SCL Nº 12.

14.4 - Caso a administração pública opte por nomear os gestores, fiscais ou comissão, no momento da confecção do Termo de Referência, favor preencher as informações abaixo:

**COMISSÃO RESPONSÁVEL:**

**Membro 1:** Andressa de Deus Mateus

Cargo/Função: Cap QOM PM

CPF: 144.XXX.XXX-11

**Membro 2:** Ramylle Mayse dos Santos

Cargo/Função: 1º Ten QOE PM

CPF: 179.XXX.XXX-05

**Membro 3:** Ellen Carla Santana dos Santos

Cargo/Função: Cabo QPMP-C

CPF: 098.XXX.XXX-23

**Suplente:** Thayne Alexandre de Carvalho

Cargo/Função: Cap QOE PM

CPF: 608.XXX.XXX-82

**Secretária:** Dayse Luci Souza Bastos

Cargo/Função: 2º Ten QOAS RR

CPF: 779.XXX.XXX-91



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**ANEXO II - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**1.1 - Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**1.2 - Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**1.3 - Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**1.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.5 - Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**1.6 - Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**1.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**1.8 - Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**1.9 - Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**1.10 - Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**1.11 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;**



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.3 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.3.1 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.4 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.7 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.8 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.9 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

2.10 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

2.10.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

2.10.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.10.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

2.10.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.10.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

2.10.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.10.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

### **3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA**

3.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares aos indicados no Anexo I deste Edital, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.3 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.4 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.5 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

3.6 - Certificados de Registro do Produto válido expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), na forma da legislação específica vigente ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivo "prints" da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente. No caso de o registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a cópia do respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação, acompanhada da cópia da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no § 6º, do art. 14, do Decreto Federal 79.094/77.

3.7 - Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/Licença de Funcionamento) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº 6.360/76 (art. 2º), Decreto Federal nº 8.077/2013 (art. 2º) e Portaria Federal nº 2.814 de 29/05/98.

3.8 - No caso de o registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a cópia do respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação, acompanhada da cópia da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido no § 6º, do art. 14, do Decreto Federal 79.094/77.

3.9 - Apresentar Certificado de Conformidade (Selo do Inmetro), emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) devidamente credenciado pelo Inmetro, dentro do prazo de validade, comprovando que o produto licitado atende às normas técnicas vigentes (ABNT/Inmetro), aplicáveis ao item



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

correspondente (câmara asséptica para manuseio de LHO, equipamento de laserterapia, aparelho de LED, dermatoscópio, criocautério dermatológico, doppler vascular portátil).

3.10 - Catálogo do fabricante com a descrição para análise técnica.

3.11 - Cópias visíveis ou originais dos manuais, catálogos e instruções que permitam uma perfeita identificação do produto ofertado, descrito em língua portuguesa e em consonância com todas as exigências editalícias (quando houver).

#### **4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

4.1 - **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;

4.2 - **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;

4.3 - Caso a licitante se encontre em processo de **recuperação judicial ou extrajudicial**, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

4.4 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

4.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

4.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

4.6 - **Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil**, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

4.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.9 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

**5 - CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**

5.1 - Apresentação de Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove que executou venda de objeto igual ou similar desta licitação.

**THAYNE ALEXANDRE DE CARVALHO**  
CAPITAO QOE PM  
PMDSSSCENFBANLEITHUM - HPM - GOVES

**RAMYLLE MAYSE DOS SANTOS**  
1º TENENTE QOE PM  
PMDSSSCENFACOESPREEVE - HPM - GOVES

**DAYSE LUCI SOUZA BASTOS**  
VOLUNTARIO MILITAR  
PMDS - HPM - GOVES

**ELLEN CARLA SANTANA DOS SANTOS**  
CABO QPMP-C PM  
PMDSSSSCAPOIORAIOX - HPM - GOVES

**ANDRESSA DE DEUS MATEUS**  
CAPITAO QOM PM  
PMDSSSCATENLESOESPEL - HPM - GOVES





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**ANEXO III**  
**MODELOS DO EDITAL**  
**ANEXO III.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

(Local) \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

Empresa: (Nome da Empresa)

À: (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1. Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação.

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças, além de compreender a integralidade dos custos de direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, normas infralegais, nas convenções coletivas e nos termos de ajuste de conduta vigentes, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

4 - Indicamos a seguinte modalidade de garantia do contrato, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

\_\_\_\_\_

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_

Nome do representante e assinatura - preencher





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.355 - Bento Ferreira - Vitória / ES - CEP: 29.050-625

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

**ANEXO IV**

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (preencher)  
Pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (preencher)  
Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (preencher)  
ID CidadES nº \_\_\_\_ (preencher)

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DO \_\_\_\_ (**NOME DO ÓRGÃO**) E A EMPRESA (\_\_\_\_) PARA A **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER À DIVISÃO DE POLICLÍNICA DA DIRETORIA DE SAÚDE DA PMES, COM RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FESP.**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da (**nome do órgão**), adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_ (preencher), com sede na (**endereço completo**), representada legalmente pelo seu (**cargo e nome**), nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_ (preencher), publicada no DIO de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_ (preencher), portador da Matrícula Funcional nº \_\_\_\_ (preencher) e a Empresa (**nome completo**), doravante denominada CONTRATADA, com sede (**endereço completo**), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_ (preencher) neste ato representado(a) por (**nome e função no contratado**), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de Equipamentos para atender à Divisão de Policlínica da Diretoria de Saúde da PMES**, com recursos do Fundo Estadual de Segurança Pública - **FESP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) o Edital e todos os seus Anexos;
- b) a Proposta Comercial da Contratada.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO**

2.1 - O valor total da aquisição é de R\$ ..... (valor por extenso).



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será \_mês\_/\_ano\_ (preencher).

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$SVR = \frac{V(I-I^0)}{I^0} \quad \text{onde:}$$

onde:

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I<sup>0</sup> = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.11 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei 14.133/2021.

2.12 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

2.13 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_\_ (preencher) e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

4.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

4.2.1 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

### **5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho: **10.45.906.06.181.0561.1780 - CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA, Elemento de Despesa: 4.4.90.52, Fonte: 2.7.13.00000.**

5.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **6 - CLÁUSULA SEXTA: GARANTIA DE EXECUÇÃO**

6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO**

#### **Condições de Entrega**

**7.1 - O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias corridos, contados após a assinatura da Ordem de Fornecimento OU assinatura de instrumento de contrato, em remessa única.**

7.2 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**7.3 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: ALMOXARIFADO GERAL/DSPMES do Hospital da Polícia, situado na Av. Joubert de Barros, 555 - Bento Ferreira - Vitória/ES - CEP: 29050-720, em dias úteis no horário das 8 às 11 e das 13 às 16 horas; telefone de contato: (27) 98802-4724**



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

e SESP (27) 3636-1519. A CONTRATADA deverá enviar para o E-mail: [almoxarifado@sesp.es.gov.br](mailto:almoxarifado@sesp.es.gov.br); [almoxarifado.ds@pm.es.gov.br](mailto:almoxarifado.ds@pm.es.gov.br); [captacaorecursos2023@gmail.com](mailto:captacaorecursos2023@gmail.com) a NOTA FISCAL ELETRÔNICA.

7.4 - A entrega do equipamento deverá ser previamente agendada com o Setor Divisão de Policlínica através de e-mail [policlínica.ds@pm.es.gov.br](mailto:policlínica.ds@pm.es.gov.br), informando a data e horário de entrega do produto.

7.5 - Caso o equipamento fornecido pela CONTRATADA não esteja condizente com as especificações técnicas do Termo de Referência ou ter sido entregue com alguma avaria, deverá ser retirado pela empresa contratada dentro do prazo máximo de 10 dias, não cabendo à SESP ou à Diretoria de Saúde qualquer responsabilidade ou ônus sobre o equipamento.

**Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

**7.6 - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.**

7.7 - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7.8 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.9 - A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.10 - A garantia deve ser dada pelo fabricante, com atendimento pela empresa (s) pertencente (s) à sua rede autorizada ou revenda autorizada, devidamente capacitada(s) para tal função e comprovada por carta do fabricante do equipamento.

7.11 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.12 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.13 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até \_07\_ (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada. Sendo que quando necessitar substituição ou calibração dos bens que apresentarem vício ou defeito o prazo se estenderá para até 30 dias úteis.

7.14 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.15 - Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

7.16 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.17 - O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.18 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.19 - Poderá ser exigido o fornecimento de treinamento a distância ou presencial para a equipe que irá operar o equipamento, podendo este treinamento ser solicitado mais de uma vez, durante o período de garantia do produto.

**Condições de guarda e armazenamento**

7.20 - O local de guarda do material estará preparado para riscos de incêndio, inundações, cortes elétricos, manuseio correto e gestão do estoque.

7.21 - O bem será alocado no Ambulatório I, II e III do Hospital da Polícia Militar, onde ocorrerá o uso deste equipamento.

**Condições de Execução**

**7.22 - Condições gerais de execução:**

- a) A entrega do equipamento deverá ocorrer no prazo e local estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, obedecendo às especificações técnicas mínimas exigidas;
- b) O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, sem uso anterior, em perfeito estado de funcionamento e com todos os acessórios ao seu pleno funcionamento;
- c) A execução do fornecimento deverá atender integralmente aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis aos equipamentos médico-hospitalares, conforme a regulamentação da ANVISA, Inmetro e demais órgãos competentes.

**8. CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

**8.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Fornecer o equipamento de acordo com todas as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência;
- b) Garantia que o equipamento esteja devidamente registrado na ANVISA, com número de registro válido no momento da entrega;
- c) Realizar a entrega, instalação e testagem completa do equipamento no local indicado pela contratante, em data previamente agendada;
- d) Fornecer manual técnico em português, certificado de garantia e termo de responsabilidade técnica, quando aplicável;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

- e) Prestar treinamento operacional aos profissionais indicados pela contratante, visando o correto manuseio e operação do equipamento;
- f) Oferecer assistência técnica e garantia mínima de 12 (doze) meses, com atendimento em até 72 horas úteis, a contar da comunicação formal da ocorrência;
- g) Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da entrega, instalação e eventual suporte técnico;
- h) Substituir o equipamento ou parte dele, sem ônus para a contratante, caso sejam constatados defeitos de fabricação ou funcionamento durante o período de garantia.

## **8.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.2.1 - A contratante será responsável por:

- a) Indicar o local adequado e a data para a entrega e instalação do equipamento;
- b) Disponibilizar acesso às dependências da unidade hospitalar para a instalação e testes do equipamento;
- c) Designar servidor para acompanhar e atestar a entrega, instalação, testagem e treinamento do equipamento;
- d) Emitir parecer técnico, atestando o recebimento do equipamento conforme as especificações e condições acordadas;
- e) Efetuar o pagamento conforme prazos e condições estabelecidas, após o atesto de recebimento definitivo e o cumprimento de todas as obrigações por parte da contratada;
- f) Comunicar oficialmente à contratada, dentro do prazo de garantia, qualquer falha, vício ou irregularidade detectada no funcionamento do equipamento.

## **8.3 - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.**

8.3.1 - **Proteção de dados, coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

8.3.2 - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

8.3.3 - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

- 8.3.3.1 - Notificar imediatamente a CONTRATANTE;
- 8.3.3.2 - Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e
- 8.3.3.3 - Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

8.3.4 - As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

8.3.5 - As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

8.3.6 - A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

8.3.7 - Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

8.3.8 - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

8.3.9 - As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

8.3.10 - **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

8.3.11 - **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

8.3.12 - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

8.3.13 - A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

8.3.14 - A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

8.3.15 - Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

8.3.16 - **Eliminação.** Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

## **9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS**

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

## **10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

10.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

10.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1;

10.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas "b" a "h" do subitem 10.1.

10.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

10.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

10.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

10.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

10.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

10.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

10.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

10.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

10.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

10.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

10.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

10.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

**11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA**

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.





**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS**

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

## **14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

## **15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

## **16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS**

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 2.355 - Bento Ferreira - Vitória / ES - CEP: 29.050-625

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**  
**PROCESSO Nº 2025-V7FLZ**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2026.500E0600022.01.0003**

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO**

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da Contratante  
Representante (nome completo)  
Documento de Identificação

\_\_\_\_\_  
Nome da Contratada  
Representante (nome completo)  
Documento de Identificação



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2025**  
**PROCESSO Nº 2024-7B00G**  
**ID CIDADES/TCE-ES: 2025.500E0600022.01.0020**

**ANEXO V**

**MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

Ordem de Fornecimento nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Ref. Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

À Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	Telefone:

Autorizamos V.S.<sup>a</sup> a fornecer o produto adiante discriminado, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexo I do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_, acima referenciada e sua proposta no **Processo nº** \_\_\_\_\_.

**I - DO OBJETO** (TRANSCREVER AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTES NO ANEXO I)

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$

**II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para aquisição dos produtos decorrentes da presente ordem de fornecimento correrão à conta da Atividade: \_\_\_\_ - \_\_\_\_; Elemento de Despesa \_\_\_\_\_ do orçamento do órgão requisitante para o exercício de \_\_\_\_\_.

**III - DAS DEMAIS CONDIÇÕES**

As condições de recebimento dos produtos, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

**OBS:** Considerando a IN RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012, bem como o que dispõe o art. 2-A da IN RFB nº 2145 de 26 de junho de 2023 e, ainda, o que prescreve o Decreto Estadual nº 5460-R, de 28 de julho de 2023, os Órgãos da Administração Estadual Direta, os Fundos, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado do Espírito Santo, ao efetuarem qualquer pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviço, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) na fonte.

Deverá a Contratada informar se sobre o bem incide ou não a tributação pertinente. Outrossim, caso esteja amparada pela isenção, deverá informar e comprovar, por meio de documentos, o enquadramento legal, sob pena da retenção do imposto como dispõe o §3º do art. 2º da IN RFB nº 2145 de 26 de junho de 2023.

(Local), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**SONIA MARIA BARBOZA**

MEMBRO (COMISSÃO DE ATIVIDADES DE LICITAÇÃO - SESP)  
SESP - SESP - GOVES  
assinado em 07/05/2026 10:03:15 -03:00

**CARLA OLIVEIRA DE SOUZA SCALZER**

MEMBRO (COMISSÃO DE ATIVIDADES DE LICITAÇÃO - SESP)  
SESP - SESP - GOVES  
assinado em 07/05/2026 10:04:44 -03:00

**AMANDA ELLEN MATHIELO CORREA**

MEMBRO (COMISSÃO DE ATIVIDADES DE LICITAÇÃO - SESP)  
SESP - SESP - GOVES  
assinado em 07/05/2026 10:03:28 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 07/05/2026 10:04:45 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por SONIA MARIA BARBOZA (MEMBRO (COMISSÃO DE ATIVIDADES DE LICITAÇÃO - SESP) - SESP - SESP - GOVES)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-234B5H>